

LEI Nº 309/02, em 05 de setembro de 2002.

Regulamenta no âmbito do Município de São Pedro do Iguaçu as obrigações de pequeno valor que alude o § 3º do Art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 30, de 14 de setembro de 2000 e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Ficam definidos em R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), débitos da administração direta do Município de São Pedro do Iguaçu, oriundos de sentença judicial transitada em julgado, a que alude o § 3º do Art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 30, de 14 de setembro de 2000.

§ 1º- Os débitos referidos no “caput” deste artigo, individualizados por ação judicial, deverão atender o limite estabelecido na data em que os respectivos cálculos se tornarem incontroversa.

§ 2º- É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ela controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses da aplicação do Artigo 23 da Lei Federal Nº 8.906, de 04 de julho de 1994, reconhecidas em juízo.

§ 3º - É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do “caput” deste artigo.

§ 4º - É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no “caput” deste artigo, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma da lei.

§ 5º- O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do crédito exequendo.

Art. 2º- O pagamento será efetuado no Juízo da execução, a requerimento da parte credora, no prazo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da requisição junto ao Departamento de Finanças do Município.

§ 1º - O requerimento será instruído com certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do órgão judiciário, comprobatória do trânsito em julgado do processo de conhecimento para demonstração da liquidez e exigibilidade da obrigação.

§ 2º - Na hipótese do § 4º, do Art. 1º desta Lei, o requerimento também será instruído com a renúncia expressa ao excedente do pequeno valor apurado na data do pagamento.

Art. 3º - Constatada a regularidade formal e material da requisição, a Assessoria Jurídica do Município a remeterá ao Departamento de Finanças para que efetive o pagamento.

Art. 4º - Os Créditos já inscritos em precatórios devidos pela Municipalidade, não superiores a R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), serão pagos integralmente segundo a ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único – Não serão objeto de parcelamento os créditos referidos no “caput” deste artigo, de acordo com o previsto no Art. 78, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º- O valor estabelecido nesta Lei poderá ser anualmente revisto pelo Poder Executivo Municipal, que o fará publicar em Diário Oficial.

Art. 6º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários na forma da Lei.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná , em 05 de setembro de 2002.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal